



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ATO COOPERATIVO E ATO NÃO COOPERATIVO EM UMA COOPERATIVA DO AGRONEGÓCIO

Bruna Santos Sampaio (FASF) bsampaio1410@gmail.com
Thais de Oliveira Ribas (FASF) thaisoliveiraribas@outlook.com
Jackson Luis Oshiro (FASF) jackson.oshiro@redesagradafamilia.com.br

Resumo

O mundo passa por constantes mudanças econômicas quanto políticas, exigindo das empresas atualizações, e para as cooperativas não é diferente, deve ser registrado cada lançamento conforme sua natureza social, se for um associado da cooperativa ou apenas um cliente, denominado Ato Cooperado e Ato não Cooperado. No sentido de suprir as necessidades do setor agrícola, foi surgindo as cooperativas agroindustriais, as quais são formas de governança utilizadas pelos produtores rurais tendo como objetivo de aumentar o grau de competitividade de suas atividades econômicas. O objetivo desta pesquisa é identificar os resultados das demonstrações contábeis entre o ato cooperativo e ato não cooperativo. Com base no levantamento de dados da cooperativa estudada, o resultado Ato Cooperado apresenta uma grande diferença em consideração ao Ato não Cooperado em razão de que a cooperativa trabalha muito mais com suas atividades com os associados do que com terceiros.

Palavra chave: Ato cooperativo. Cooperativa. Agronegócio.

THE ACCOUNTING STATEMENTS OF THE COOPERATIVE ACT AND NON-COOPERATIVE ACT IN AN AGRIBUSINESS COOPERATIVE

Abstract

The world is undergoing constant policy changes, requiring companies to update, and for cooperatives it is no different, each release must be registered according to its social nature, if you are an associate of the cooperative or just a client, called Cooperative Act and Non-Cooperative Act Cooperated. In order to meet the needs of the agricultural sector, it emerged as agro-industrial cooperatives, as to what forms of governance are used by rural producers with the objective of increasing the degree of loss of their productive activities. The objective of this research is to identify the results of the accounting accounts between the cooperative act and the non-cooperative act. Based on the survey of data from the studied cooperative, the Cooperative Act result shows a big difference in relation to the Non-Cooperated Act because a cooperative works much more with its activities with members than with third parties.

Keywords: Cooperative Act. cooperative. agribusiness.

1 Introdução

As cooperativas agroindustriais atuam com a intenção de reduzir os custos de produção e obter melhores condições de prazo e preços de seus produtos para seus cooperados. A cooperativa disponibiliza seus produtos e serviços igualmente para os seus associados e não associados

(clientes). Dando oportunidade a seus associados de obter as melhores formas e prazos de pagamentos, assim como o retorno das sobras de resultado no final do exercício.

Por razão da diferença no tratamento entre associados e não associados (clientes), a cooperativa precisa de análise na margem, no que diz respeito aos resultados com cooperados.

Diante disso, qual a proporção dos negócios envolvendo o ato não cooperativo em relação ao ato cooperativo numa cooperativa do agronegócio?

Apresenta como objetivo geral identificar os resultados das demonstrações contábeis entre o ato cooperativo e ato não cooperativo. Possui objetivos específicos de apresentar os aspectos relacionados as demonstrações contábeis de acordo com o cooperativismo do ato cooperativo, demonstrar os dados coletados de acordo com as receitas e despesas nas atividades da cooperativa, verificar e demonstrar a importância do resultado do ato cooperativo na cooperativa de acordo com o estudo das demonstrações contábeis.

O presente projeto justifica-se pela razão de delimitar sobre o ato cooperativo em uma cooperativa do agronegócio, este que consiste no exercício de suas atividades em benefícios dos seus associados. Através do ato cooperativo é possível definir ou não a tributação do resultado e sua destinação.

A importância do ato cooperativo se faz presente em definir, delimitar, reconhecer, qualificar a relação jurídica cooperativa. Se faz de suma importância para definir a tributação do resultado mediante suas demonstrações contábeis, visto que para a cooperativa que utilize do ato cooperativo não se sujeita a tributos, decorrentes aos seus associados.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Agronegócio

O agronegócio é a junção de várias atividades envolvendo direta ou indiretamente toda a produção agrícola e pecuária, incluindo produção de grãos e animais, adubos, fertilizantes, têxteis e até mesmo de frigoríficos e produção de biocombustíveis.

Segundo Savoia (2009), o agronegócio compreende a cadeia produtiva desde a fabricação de insumos, passando pela produção agropecuária e pela transformação, até o consumo.

É uma atividade econômica importante que envolve uma inter-relação entre os três setores, sendo o primário (com agropecuária), o secundário (com as indústrias de tecnologias e de transformação das matérias-primas) e o terciário (com o transporte e comercialização dos produtos oriundos do campo).

O agronegócio ocupa lugar de destaque na economia, pois garante o sustento alimentar das pessoas e sua manutenção, a tendência é que o agronegócio siga crescendo cada vez mais, gerando mais renda e empregos.

2.2 Cooperativismo

Cooperativismo trata-se da união entre pessoas, em busca de um objetivo em comum com o intuito de alcançá-lo. Nesse modelo de negócio, todos atuam tanto como associados como donos da cooperativa e participam de forma democrática nas tomadas de decisões (OCB, 2020a).

O cooperativismo teve o seu início no Brasil no ano de 1889, em Minas Gerais, contendo o nome de Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto e tinha como objetivo o consumo de produtos agrícolas (OCB, 2020b).

O cooperativismo agropecuário é atualmente um dos maiores segmentos cooperativistas do Brasil, participando ativamente nas exportações e tendo extensão por quase todo o território brasileiro. Além de apresentar uma variedade de serviços, é atualmente entre as cooperativas agropecuárias o segmento mais forte do cooperativismo brasileiro economicamente.

As cooperativas nacionais eram representadas pela Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e União Nacional de Cooperativas (Unasco), mas em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, houve a unificação dessas representações para a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), facilitando assim o diálogo com o Estado para atender as demandas do movimento. Dessa forma, as cooperativas passaram a ter uma representação única através da OCB, que ficou responsável por reunir e fortalecer os interesses do setor (OCB, 2020d).

A Lei 5.764/71, em seu art. 5º, diz que as cooperativas poderão adotar como objetivo qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, apenas respeitando limitações legais contra atividades ilícitas.

A OCB entidade responsável pela representação das cooperativas no Brasil, reconhece 13 ramos de sociedades cooperativas: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.

O cooperativismo possui sete princípios importantes: 1) adesão voluntária e livre, que diz que toda pessoa ou entidade que atenda às condições legais estatutárias estão aptas a se tornarem membros e utilizarem os serviços das cooperativas, sem qualquer discriminação; 2) gestão democrática, onde os membros participam das tomadas de decisões e formulação das suas políticas; 3) participação econômica dos membros na formação do patrimônio da cooperativa através de contribuições com o capital; 4) autonomia e independência de modo que caso haja acordo com outras organizações, o controle democrático pelos membros deve ser preservado; 5) educação, formação e informação para todos os envolvidos na construção e manutenção da cooperativa visando o seu desenvolvimento contínuo; 6) intercooperação, onde as cooperativas trabalham em conjunto para o fortalecimento do movimento e 7) compromisso com a comunidade através da responsabilidade social com as comunidades que estão inseridas (OCB, 2020d; PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2020).

2.3 Ato cooperativo

De acordo com a Lei nº 5.764/71, segundo o artigo 79, “denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais”. Segundo também disposto, que o ato cooperativo não implica operação de mercado, contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

O ato cooperativo para uma cooperativa do agronegócio, consiste no exercício de suas atividades para benefício dos seus associados, sendo possível definir ou não a tributação do resultado e sua destinação. Para que ocorra o ato cooperativo se faz necessário unir cooperativa, cooperado e o objeto social. O associado atua como proprietário e beneficiário. Dentre alguns dos exemplos de atos cooperativos temos: a entrega dos produtos dos associados para a cooperativa, para possível comercialização, bem como os repasses efetuados pela cooperativa aos associados, o fornecimento de bens e mercadorias, desde que estejam vinculadas à atividade econômica dos associados.

O ato cooperativo se faz importante para definir, delimitar, reconhecer, qualificar a relação jurídica cooperativa. Além de definir a tributação do resultado mediante suas demonstrações contábeis, visto que para a cooperativa que utilize do ato cooperativo não se sujeita a tributos decorrentes aos seus associados, diferente daqueles atos, envolvendo terceiros, ou seja os não cooperados.

2.4 Ato não cooperativo

Entende-se por atos não cooperativos, aqueles que importam em operação com terceiros que não são associados a cooperativa, em vista que esses atos se sujeitam à incidência de tributos. Segundo a Lei nº 5.764/1971 em seus artigos 85 e 86 trazem implicitamente o conceito de ato não cooperativo como sendo, os negócios realizados pela cooperativa com não associados, desde que para atender aos objetivos sociais.

O ato não cooperativo não é descrito diretamente pela Lei, ou seja tudo o que não se encontra como ato cooperativo torna-se ato não cooperativo. Dentre alguns dos exemplos de atos não cooperativos temos: o fornecimento de bens e serviços a não associados, para atender a objetivos sociais, a contratação de bens e serviços de terceiros não associados.

Ao contrário dos atos cooperativos os atos não cooperativos são tributáveis, além de que os seus resultados não chegam aos associados, pois são destinados à conta Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, que tem objetivos bem definidos, atingindo inclusive a qualificação dos associados, conforme previsto no art. 2º da Lei 12.690/2012.

Em relação a denominação da Demonstração do Resultado da NBC T 3.3 é modificada para Demonstração de Sobras ou Perdas, que no entanto deve evidenciar, de forma separada, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, das receitas, dos custos e despesas do ato não-cooperativo, demonstrados de maneira segregada por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela entidade cooperativa.

2.5 As Demonstrações Contábeis objetos da análise

As demonstrações contábeis são partes integrantes das informações financeiras de uma empresa, elas possuem a finalidade de auxiliar nas tomadas de decisões assim como de obter controle financeiro. Do ponto de vista de Bazzi (2019), as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial e financeira da empresa e também o real desempenho financeiro e contábil da mesma.

Segundo Maciel (2008), as demonstrações contábeis são elaboradas por meio de livros de registros contábeis e devem ser transmitidas seguindo as normas estruturais exigidas.

O conjunto de demonstrações inclui balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do valor adicionado, demonstração dos fluxos de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, entre outras. Com esse conjunto de demonstrações é possível mostrar informações pertinentes aos gestores em relação a empresa, podendo dessa forma realizar planejamentos futuros, identificar possíveis problemas e necessidades a curto e longo prazo.

As informações geradas pelas demonstrações são utilizadas por usuários internos e externos da organização, pois evidencia a capacidade da empresa em honrar com suas obrigações, sendo essencial para o desenvolvimento de qualquer empresa.

2.5.1 Balanço Patrimonial

No conjunto das demonstrações contábeis o balanço patrimonial é uma peça fundamental e o mais conhecido relatório contábil. Segundo Bazzi (2016) o balanço patrimonial é o relatório mais importante gerado pela contabilidade, sendo também obrigatório, instituído em Lei.

Segundo Marion (2009), pelo balanço patrimonial pode-se identificar a situação econômica e financeira da empresa, sendo apresentado no fim do ano ou em data prefixada.

Essa demonstração é padronizada, devendo ser estruturada de forma igualitária respeitando as normas, as únicas informações que podem ser diferentes de uma empresa para outra são as contas contábeis, pois cada entidade possui seu plano de contas de acordo com as necessidades da empresa. Nas sociedades cooperativas, a conta de lucros ou prejuízos acumulados, será denominada sobras ou perdas.

De modo geral o balanço patrimonial é indispensável para qualquer empresa, sendo ela de pequeno ou grande porte.

2.5.2 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

A DRE é um relatório contábil que apresenta o lucro ou prejuízo de uma empresa de determinado período, apresentando de forma resumida as operações realizadas, destacando o resultado líquido da organização. Para Marion (2009) é um demonstrativo contábil que gera informações relevantes através do confronto de despesas e receitas para tomada de decisão.

Nessa demonstração são apresentadas todas as receitas e despesas da organização. Para que o resultado seja condizente com a realidade da empresa todos os ganhos e despesas devem ser informados sem omitir informações, pois os dados incompletos comprometem os resultados da demonstração.

Sendo realizada de forma correta, trará informações muito importantes para tomadas de decisões.

3 Metodologia

A pesquisa realizada baseia-se em um estudo de caso onde o objeto é uma cooperativa do agronegócio.

Segundo Silva (2008, p. 13) “entende-se metodologia como o estudo do método para se buscar determinado conhecimento”. A busca por conhecimento é a base para alcançar o objetivo da pesquisa.

Para o desenvolvimento deste estudo de caso em relação a abordagem do problema de pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental.

Para Prodanov (2013, p. 70) a pesquisa “qualitativa [...] não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”.

Em relação aos procedimentos foi por pesquisas bibliográficas que são realizadas por fontes eletrônicas, livros e artigos.

Partindo de uma revisão teórica objetivando alcançar melhor entendimento sobre os atos cooperativos e atos não cooperativos e sua influência no resultado financeiro da cooperativa em estudo utilizou como foco e caracterização da pesquisa os dados documentais disponibilizados pela cooperativa estudada para alcançar o objetivo deste trabalho.

4 Análise dos dados

4.1 Caracterização da cooperativa

A cooperativa estudada é uma sociedade cooperativa do agronegócio, que atua na região centro-sul do estado do Paraná, tendo como área de atuação todo o território nacional, que objetiva com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus 805 associados, a promover o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas em benefício de seus cooperados.

A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o Sistema Cooperativo no país.

Ela atua no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem e comercialização da produção dos cooperados, com destaque para os produtos soja, trigo e milho, na compra em comum de insumos, além da prestação de serviços de assistência técnica, comercialização de peças e implementos agrícolas e de produtos veterinários.

4.2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade e nos termos da Lei 5.764/71 que rege o sistema cooperativo e a ITG 2004 do Conselho Federal de Contabilidade, específico para as Sociedades Cooperativas.

Foi adotado regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios, das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento, exceto sobre os créditos em cobrança judicial, sobre os quais os juros são reconhecidos quando efetivamente recebidos, pelo regime de caixa.

Tratando do reconhecimento dos ingressos e das receitas, todas as modalidades de vendas praticadas pela cooperativa são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal, satisfazendo os requisitos exigidos na norma contábil.

No caso de vendas para entrega futura são registradas no passivo circulante como receitas antecipadas e reconhecidas no resultado somente quando ocorrem a efetiva entrega.

As operações com não cooperados são contabilizadas segregadas, de modo que permite a apuração do resultado em separado para cálculo e incidência dos tributos e para fins de destinação.

Os rendimentos das aplicações financeiras são integralmente considerados como decorrentes de operações com não cooperados e tributados integralmente.

As cooperativas calculam o imposto de renda e a contribuição social unicamente sobre os resultados com terceiros ou não cooperados, ficando isentas da Contribuição Social sobre os Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), apenas os resultados com atos cooperativos, conforme disposto na Lei 5.764/71.

Vale ressaltar que a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) na cooperativa em análise é denominada Demonstrações de Sobras ou Perdas.

Diante do exposto foram realizadas as análises horizontais das Demonstrações de Sobras ou Perdas e do Balanço Patrimonial, considerando os períodos de 2018, 2019 e 2020.

Após realizar a análise horizontal, partiu-se para a análise vertical, desta vez focando nos valores contábeis dos atos cooperativos e dos atos não cooperativos no Balanço Patrimonial.

Quadro 1- Balanço Patrimonial - Ativo

ATIVO	2020	AH	2019	AH	2018
Circulante	85.818.988,55	31,79%	65.117.134,73	-9,22%	71.728.591,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.386.358,38	157,72%	4.418.155,60	-42,92%	7.739.976,55
Caixa	16.000,70	16,46%	13.739,28	-41,83%	23.619,48
Bancos Conta Movimento	1.047.887,31	35,62%	772.684,52	3,11%	749.346,72
Aplicações de Liquidez Imediata	10.322.470,37	184,23%	3.631.731,80	-47,87%	6.967.010,35
Créditos	34.559.310,31	-2,26%	35.356.840,66	-3,30%	36.561.855,35
Com Associados	23.552.717,51	-9,33%	25.976.458,97	-0,62%	26.137.691,40
Com Terceiros	4.962.989,98	-35,47%	7.690.909,79	-1,88%	7.838.098,72
Créditos Tributários	1.208.542,15	56,28%	773.311,06	-23,82%	1.015.122,09
Outros Créditos	4.835.060,67	427,75%	916.160,84	-41,68%	1.570.943,14
Estoques	39.614.625,47	58,42%	25.005.378,51	-7,66%	27.080.967,75
Produtos e Mercadorias	39.443.315,20	59,09%	24.792.875,74	16,26%	21.326.213,12
Almoxarifado	171.310,27	-19,38%	212.502,77	-41,23%	361.591,60
Despesas Antecipadas	76.987,79	-40,36%	129.095,36	-6,54%	138.127,06
Bens Destinados para Venda	181.706,60	-12,50%	207.664,60	0,00%	207.664,60
Não Circulante	71.502.095,71	6,18%	67.341.862,09	16,57%	57.770.640,71
Realizável de Longo Prazo	4.160.915,44	45,06%	2.868.428,03	39,75%	2.052.496,02
Créditos	4.160.915,44	45,06%	2.868.428,03	39,75%	2.052.496,02
Com Associados	3.439.214,80	178,60%	1.234.459,55	180,31%	440.394,31
Com Terceiros	101.174,50	-42,19%	175.024,50	-29,67%	248.874,50
Créditos Tributários	524.280,93	-61,28%	1.354.032,14	6,53%	1.270.987,35
Outros Créditos	96.245,21	-8,26%	104.911,84	13,74%	92.239,86
Investimentos	2.118.359,83	-16,38%	2.533.347,83	1,74%	2.490.082,38
Imobilizado	65.144.757,70	6,58%	61.120.884,04	16,87%	52.296.924,60
Bens Corpóreos	59.512.060,98	46,30%	40.679.138,50	-0,45%	40.862.125,22
Imobilizações em Andamento	1.020.968,71	-89,96%	10.169.180,07	457,57%	1.823.841,42
Avaliação Patrimonial	23.481.049,31	-4,96%	24.706.669,01	-5,21%	26.065.186,46
Adiantamentos p/ Imobilização	250.000,00	-92,12%	3.171.614,96	-100,00%	0,00
(-) Depreciação Acumulada	(19.119.321,30)	8,60%	(17.605.718,50)	7,00%	-16.454.228,50
Intangível	78.062,74	-90,47%	819.202,19	-12,02%	931.137,71
Total do Ativo	157.321.084,26	18,77%	132.458.996,82	2,29%	129.499.232,02

Fonte: Adaptado pelas autoras (2021)

Quadro 2 – Balanço Patrimonial – Passivo

PASSIVO	2020		2019		2018
Circulante	80.862.014,99	26,43%	63.959.168,33	-7,93%	69.469.431,08
Empréstimos e Financiamentos	34.730.725,59	3,70%	33.492.880,71	-15,62%	39.693.398,30
Obrigações c/ Associados	8.274.751,65	34,99%	6.130.042,11	-1,37%	6.215.010,91
Produtos em Depósito a Liquidar	9.055.513,50	36,81%	6.619.171,80	6,11%	6.237.956,64
Fornecedores	19.608.541,26	67,19%	11.728.206,56	16,01%	10.109.657,85
Obrigações c/ Terceiros	2.995.411,26	67,52%	1.788.137,24	-27,89%	2.479.725,84
Obrigações Sociais e Trabalhistas	998.845,17	21,36%	823.072,02	-5,64%	872.264,46
Obrigações Tributárias	347.250,84	-56,82%	804.261,15	20,72%	666.198,91
Outras Obrigações	4.850.975,72	88,50%	2.573.396,74	-19,46%	3.195.218,17
Não Circulante	22.907.390,66	40,65%	16.286.616,11	77,70%	9.165.288,07
Empréstimos e Financiamentos	19.030.653,85	50,71%	12.627.286,14	135,13%	5.370.416,07
Obrigações Tributárias	505.033,89		-		-
Outras Obrigações	2.841.783,50	4,02%	2.732.025,59	-25,57%	3.670.552,58
Provisão IRPJ e CSLL s/ Ajuste Aval. Patrimonial	-		-		-
Provisões para Contingências	529.919,42	-42,85%	927.304,38	645,90%	124.319,42
Patrimônio Líquido	53.551.678,61	2,56%	52.213.212,38	2,65%	50.864.512,87
Capital Social Integralizado	11.076.350,86	1,34%	10.930.305,21	7,39%	10.178.389,95
Fundos Legais e Estatutários	18.097.608,27	13,29%	15.974.144,21	9,75%	14.555.493,09
Ajuste de Avaliação Patrimonial	23.008.653,27	-4,95%	24.207.250,65	-5,46%	25.605.918,26
Sobras a Disposição AGO	1.369.066,21	24,29%	1.101.512,31	109,93%	524.711,57
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	157.321.084,26	18,77%	132.458.996,82	2,29%	129.499.232,02

Fonte: Adaptado pelas autoras (2021)

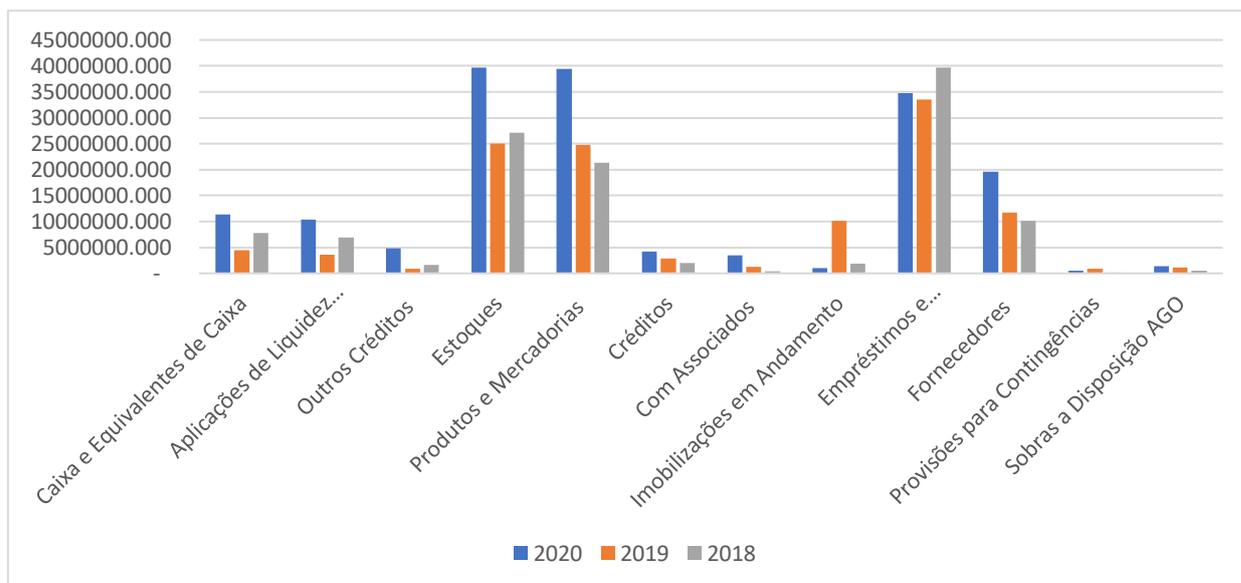


Figura 01 – Balanço Patrimonial - Ativo
 Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Partindo de uma análise horizontal no Balanço Patrimonial apresentado, em relação ao Ativo que compreende os bens e direitos controlados pela organização, as contas que obtiveram maior representatividade para a cooperativa foi a conta de Aplicações de Liquidez Imediata iniciando o período de 2018 com R\$ 6.967.010,35, sendo inferior em 2019 com R\$ 3.631.731,80 e encerrou o período de 2020 com um aumento significativo de R\$ 10.322.470,37, apresentando cerca de 184% do período de 2019 a 2020.

Já em relação ao Ativo Não Circulante as contas com maior relevância foram a de Outros Créditos com R\$ 1.570.943,14 no primeiro período, R\$ 916.160,84 no segundo período e encerrou o último período com um percentual considerável de cerca de 428% entre os anos de 2019 para 2020 totalizando R\$ 4.835.060,67, a conta de Estoques (produtos e mercadorias), obteve um aumento do primeiro ao último período, encerrando com 59% de representatividade em relação aos últimos anos, a conta de Créditos com Associados que teve um aumento entre os anos analisados representando cerca de 179% do período de 2019 para o de 2020, também vale destacar a conta de Imobilizações em Andamento que apresentou um acréscimo considerável de 458% entre os últimos anos, partindo de R\$ 1.823.841,42 em 2019 para R\$ 10.169.180,07 em 2020.

Quanto aos atos com os associados e não associados da cooperativa, no Ativo Circulante se destaca a conta de Créditos com Associados que obteve R\$ 26.137.691,40 em 2018, R\$ 25.976.458,97 em 2019 cerca de (0,62%) em comparação com os dois períodos e R\$ 23.552.717,51, representando (9,33%) em relação ao ano de 2019 para 2020. Já os Créditos com Terceiros obteve no primeiro período R\$ 7.838.098,72, no segundo período R\$ 7.690.909,79 cerca de (1,88%) se comparado aos dois anos e no terceiro período R\$ R\$ 4.962.989,98 (35,47%) de 2019 para 2020.

Analisando o Ativo Não Circulante em relação aos Créditos com Associados, os mesmos obtiveram 180% de representatividade em relação ao primeiro período para o segundo período e cerca de 179% do segundo período para o terceiro período. Já os Créditos com Não Associados obtiveram (29,67%) em 2018 para 2019 e (42,19%) de 2019 para 2020.

No Passivo que compreende as obrigações que a entidade tem para com terceiros, as contas com maior representatividade foram as contas de Fornecedores com 16% apenas de 2018 para 2019 e encerrou o período com 67% de 2019 para 2020, a conta de Empréstimos e Financiamentos com R\$ 5.370.416,07 no período inicial, R\$ 12.627.286,14 no segundo período representando cerca de 135% entre os dois anos e no terceiro período obteve R\$ 19.030.653,85 totalizando cerca de 50% de representatividade, outro fator relevante foi a conta de Provisões para Contingências que obteve um aumento significativo do segundo período para o terceiro, sendo R\$ 124.319,42 em 2019 para R\$ 927.304,38 em 2020 representando cerca de 646%.

Se referindo aos atos com os associados e não associados da cooperativa, no Passivo Circulante se destaca a conta de Obrigações com Associados que obteve R\$ 6.215.010,91 em 2018 e R\$ 6.130.042,11 em 2019 representando (1,37%) e em 2019 obteve R\$ 8.274.751,65, cerca de 35% em relação aos anos de 2019 para 2020.

Já em relação as Obrigações com Terceiros obteve R\$ 2.479.725,84 no primeiro período, R\$ 1.788.137,24 no segundo período representando cerca de (28%) em relação aos dois períodos e no terceiro período obteve R\$ 2.995.411,26, cerca de 68% em relação aos dois últimos períodos.

Para a representatividade do Patrimônio Líquido que compreende os recursos próprios da organização, a conta com maior relevância foi a de Sobras a Disposição da AGO (ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA), sendo R\$ 524.711,57 em 2018, R\$ 1.101.512,31 em 2019 quase 110% de representatividade entre esses períodos e obteve R\$ 1.369.066,21 em 2020.

Partindo para uma análise vertical focando nos atos cooperativos e não cooperativos, foram destacados os valores envolvendo os Créditos do Ativo Circulante.

Quadro 3 – Balanço Patrimonial – Ativo – Atos Cooperativos e Atos Não Cooperativos

ATIVO	2020	AV	2019	AV	2018	AV
Créditos	34.559.310,31	100,00%	35.356.840,66	100,00%	36.561.855,35	100,00%
Com Associados	23.552.717,51	68,15%	25.976.458,97	73,47%	26.137.691,40	71,49%
Com Terceiros	4.962.989,98	14,36%	7.690.909,79	21,75%	7.838.098,72	21,44%
Créditos Tributários	1.208.542,15	3,50%	773.311,06	2,19%	1.015.122,09	2,78%
Outros Créditos	4.835.060,67	13,99%	916.160,84	2,59%	1.570.943,14	4,30%

Fonte: Adaptado pelas autoras (2021)

Na sequência foram elaborados gráficos focados nessas informações, visando facilitar a visualização das variações.

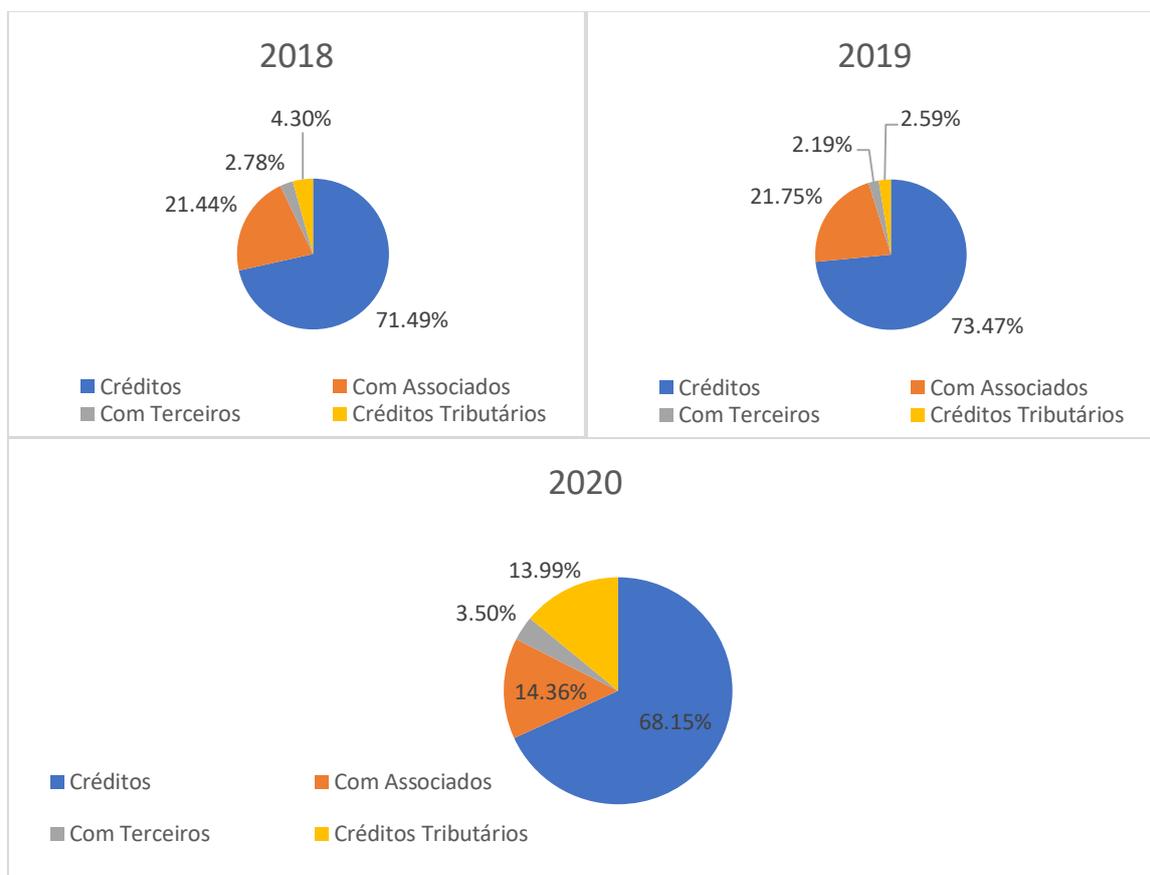


Figura 02 – Balanço Patrimonial - Créditos - Atos Cooperativos e Atos Não Cooperativos
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

É possível observar que em 2018 apenas 21,44% do total dos Créditos são de atos não cooperativos, já em 2019 houve um pequeno aumento para 21,75%. Em 2020 houve uma diminuição considerável, indo para 14,36% do total de créditos da Cooperativa analisada. Como houve uma queda também nos créditos dos atos cooperativos, essa oscilação pode estar diretamente ligada ao aumento substancial nos créditos tributários.

Em conversa direta com a contabilidade da empresa, o motivo dos créditos do ato cooperativo serem maiores é devido ao prazo safra, onde os associados só realizam o pagamento a Cooperativa após comercializar a sua produção, ficando desta forma um valor maior a receber em relação ao ato não cooperativo.

Realizando uma análise vertical focando nos atos cooperativos e não cooperativos, foram destacados os valores envolvendo as Obrigações no Passivo Circulante.

Quadro 4 – Balanço Patrimonial – Passivo – Atos Cooperativos e Atos Não Cooperativos

PASSIVO	2020	AV	2019	AV	2018	AV
Circulante	80.862.014,99	100,00%	63.959.168,33	100,00%	69.469.431,08	100,00%
Empréstimos e Financiamentos	34.730.725,59	42,95%	33.492.880,71	52,37%	39.693.398,30	57,14%
Obrigações c/ Associados	8.274.751,65	10,23%	6.130.042,11	9,58%	6.215.010,91	8,95%
Produtos em Depósito a Liquidar	9.055.513,50	11,20%	6.619.171,80	10,35%	6.237.956,64	8,98%
Fornecedores	19.608.541,26	24,25%	11.728.206,56	18,34%	10.109.657,85	14,55%
Obrigações c/ Terceiros	2.995.411,26	3,70%	1.788.137,24	2,80%	2.479.725,84	3,57%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	998.845,17	1,24%	823.072,02	1,29%	872.264,46	1,26%
Obrigações Tributárias	347.250,84	0,43%	804.261,15	1,26%	666.198,91	0,96%
Outras Obrigações	4.850.975,72	6,00%	2.573.396,74	4,02%	3.195.218,17	4,60%

Fonte: Adaptado pelas autoras (2021)

Na sequência foram elaborados gráficos focados nessas informações, visando facilitar a visualização das variações foram retirados os valores sem muita relevância para a análise.

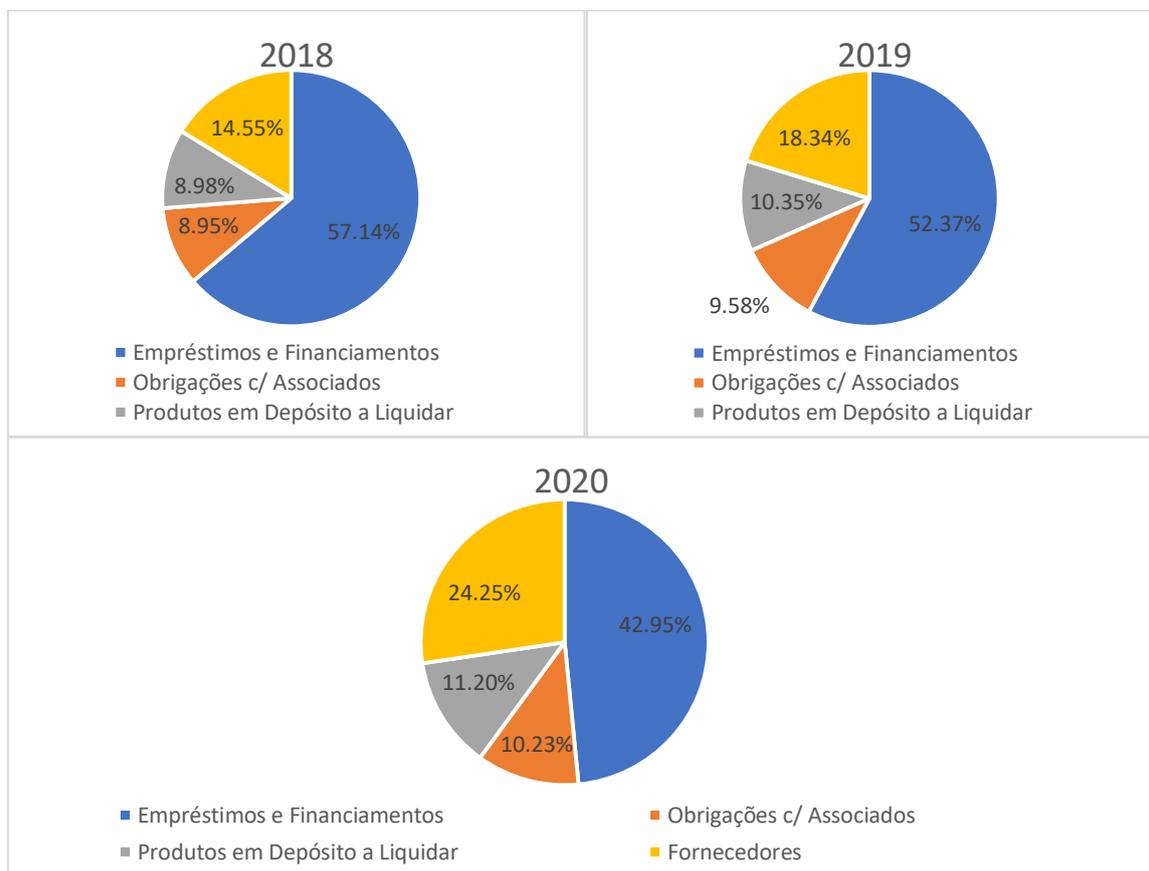


Figura 03 – Balanço Patrimonial – Passivo Circulante - Atos Cooperativos e Atos Não Cooperativos
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Em 2018 um total de 14,55% do total do Passivo Circulante são de atos não cooperativos, já em 2019 houve um pequeno aumento para 18,34%. Em 2020 houve um aumento considerável, indo para 24,25% do total do Passivo Circulante da Cooperativa analisada. Diante do exposto, e conversa com a contabilidade da empresa, foi verificado que o valor menor nos atos cooperativos da-se devido ao encontro de contas realizado entre a conta a receber x a pagar do associado, ficando desta forma um valor menor a pagar ao cooperado.

Quadro 5 – Demonstrações de Sobras ou Perdas – 2018 à 2020

	2020	AH	2019	AH	2018
Ingressos e Receitas Operacionais Brutas	257.923.058,93	23%	209.659.246,03	-6%	223.598.797,14
Atividade Agricola	181.671.145,41	31%	138.867.312,96	-5%	146.834.323,79
Atividade Comercial	68.532.174,73	9%	62.693.374,99	-5%	65.761.165,44
Prestação de Serviços	7.719.738,79	-5%	8.098.558,08	-26%	11.003.307,91
Impostos e Contribuições	819.247,41	28%	638.063,92	-2%	652.355,87
Atividade Agricola	501.175,46	206%	163.571,31	24%	132.222,39
Atividade Comercial	281.795,89	-9%	308.370,14	-16%	368.419,73
Prestação de Serviços	36.276,06	-78%	166.122,47	9%	151.713,75
Ingressos e Receitas Operacionais Líquidas	257.103.811,52	23%	209.021.182,11	-6%	222.946.441,27
Atividade Agricola	181.169.969,95	31%	138.703.741,65	-5%	146.702.101,40
Atividade Comercial	68.250.378,84	9%	62.385.004,85	-5%	65.392.745,71
Prestação de Serviços	7.683.462,73	-3%	7.932.435,61	-27%	10.851.594,16
Dispêndios e Custos s/ as Vendas e Serviços	235.322.195,35	24%	189.521.196,45	-7%	203.140.416,35
Atividade Agricola	172.471.341,74	33%	130.070.255,22	-7%	140.569.996,14
Atividade Comercial	56.506.178,25	7%	52.725.726,95	-4%	54.737.566,47
Prestação de Serviços	6.344.675,36	-6%	6.725.214,28	-14%	7.832.853,74
Resultado Operacional Bruto	21.781.616,17	12%	19.499.985,66	-2%	19.806.024,92
Dispêndios e Despesas Operacionais	18.526.610,11	4%	17.806.155,50	-6%	18.848.925,44
Dispêndios e Despesas com Pessoal	6.989.077,28	-1%	7.037.679,70	3%	6.859.625,81
Dispêndios e Despesas com Manutenção	281.497,23	-47%	535.440,85	85%	289.665,24
Dispêndios e Despesas com Depreciação	1.695.592,45	-5%	1.782.925,27	-2%	1.820.078,33
Dispêndios e Despesas Gerais	9.560.443,15	13%	8.450.109,68	-14%	9.879.556,06
Resultado Operacional	3.255.006,06	92%	1.693.830,16	77%	957.099,48
Outros Resultados Operacionais	691.704,28	-20%	868.622,57	-30%	1.235.207,10
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	691.837,34	-22%	884.291,41	-30%	1.269.653,10
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	- 133,06	-99%	- 15.668,84	-55%	- 34.446,00
Resultado antes do Financeiro	3.946.710,34	54%	2.562.452,73	17%	2.192.306,58
Resultado Financeiro Líquido	- 2.315.152,94	35%	- 1.720.865,63	-18%	- 2.088.364,99
Dispêndios e Despesas Financeiras	- 4.326.068,13	4%	- 4.178.434,94	0%	- 4.195.824,98
Ingressos e Receitas Financeiras	1.943.478,13	-13%	2.243.495,44	25%	1.797.028,17
Rendimento s/ Aplicação Financeira	67.437,06	-68%	214.073,87	-31%	310.431,82
Resultado antes dos Impostos	1.631.557,40	94%	841.587,10	710%	103.941,59
Provisão de IRPJ e CSLL	100.670,00	14%	88.420,90	-43%	154.015,59
Resultado Líquido do Exercício	1.530.887,40	103%	753.166,20	-1604%	- 50.074,00

Fonte: Adaptado pelas autoras (2021)

Quadro 6 - Demonstrações de Sobras ou Perdas dos Atos Cooperativos e Não Cooperativos - 2020

	2020			
	Total	Cooperativo	%	Não Cooperativo
Ingressos e Receitas Operacionais Brutas	257.923.058,93	235.662.895,86	959%	22.260.163,07
Atividade Agricola	181.671.145,41	167.874.735,84	1117%	13.796.409,57
Atividade Comercial	68.532.174,73	60.885.748,75	696%	7.646.425,98
Prestação de Serviços	7.719.738,79	6.902.411,27	745%	817.327,52
Impostos e Contribuições	819.247,41	618.151,99	207%	201.095,42
Atividade Agricola	501.175,46	475.365,94	1742%	25.809,52
Atividade Comercial	281.795,89	136.796,08	-6%	144.999,81
Prestação de Serviços	36.276,06	5.989,97	-80%	30.286,09
Ingressos e Receitas Operacionais Líquidas	257.103.811,52	235.044.743,87	966%	22.059.067,65
Atividade Agricola	181.169.969,95	167.399.369,90	1116%	13.770.600,05
Atividade Comercial	68.250.378,84	60.748.952,67	710%	7.501.426,17
Prestação de Serviços	7.683.462,73	6.896.421,30	776%	787.041,43
Dispêndios e Custos s/ as Vendas e Serviços	235.322.195,35	215.468.504,76	985%	19.853.690,59
Atividade Agricola	172.471.341,74	159.248.583,61	1104%	13.222.758,13
Atividade Comercial	56.506.178,25	50.335.016,62	716%	6.171.161,63
Prestação de Serviços	6.344.675,36	5.884.904,53	1180%	459.770,83
Resultado Operacional Bruto	21.781.616,17	19.576.239,11	788%	2.205.377,06
Dispêndios e Despesas Operacionais	18.526.610,11	16.953.280,16	978%	1.573.329,95
Dispêndios e Despesas com Pessoal	6.989.077,28	6.308.773,90	827%	680.303,38
Dispêndios e Despesas com Manutenção	281.497,23	252.512,80	771%	28.984,43
Dispêndios e Despesas com Depreciação	1.695.592,45	1.538.891,83	882%	156.700,62
Dispêndios e Despesas Gerais	9.560.443,15	8.853.101,63	1152%	707.341,52
Resultado Operacional	3.255.006,06	2.622.958,95	315%	632.047,11
Outros Resultados Operacionais	691.704,28	854.822,53	-624%	- 163.118,25
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	691.837,34	854.926,28	-624%	- 163.088,94
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	- 133,06	- 103,75	254%	- 29,31
Resultado antes do Financeiro	3.946.710,34	3.477.781,48	642%	468.928,86
Resultado Financeiro Líquido	- 2.315.152,94	- 2.326.730,35	-20197%	11.577,41
Dispêndios e Despesas Financeiras	- 4.326.068,13	- 4.052.633,63	1382%	- 273.434,50
Ingressos e Receitas Financeiras	1.943.478,13	1.725.903,28	693%	217.574,85
Rendimento s/ Aplicação Financeira	67.437,06	-	-100%	67.437,06
Resultado antes dos Impostos	1.631.557,40	1.151.051,13	140%	480.506,27
Provisão de IRPJ e CSLL	100.670,00	-	-100%	100.670,00
Resultado Líquido do Exercício	1.530.887,40	1.151.051,13	203%	379.836,27

Adaptado pelas autoras (2021)

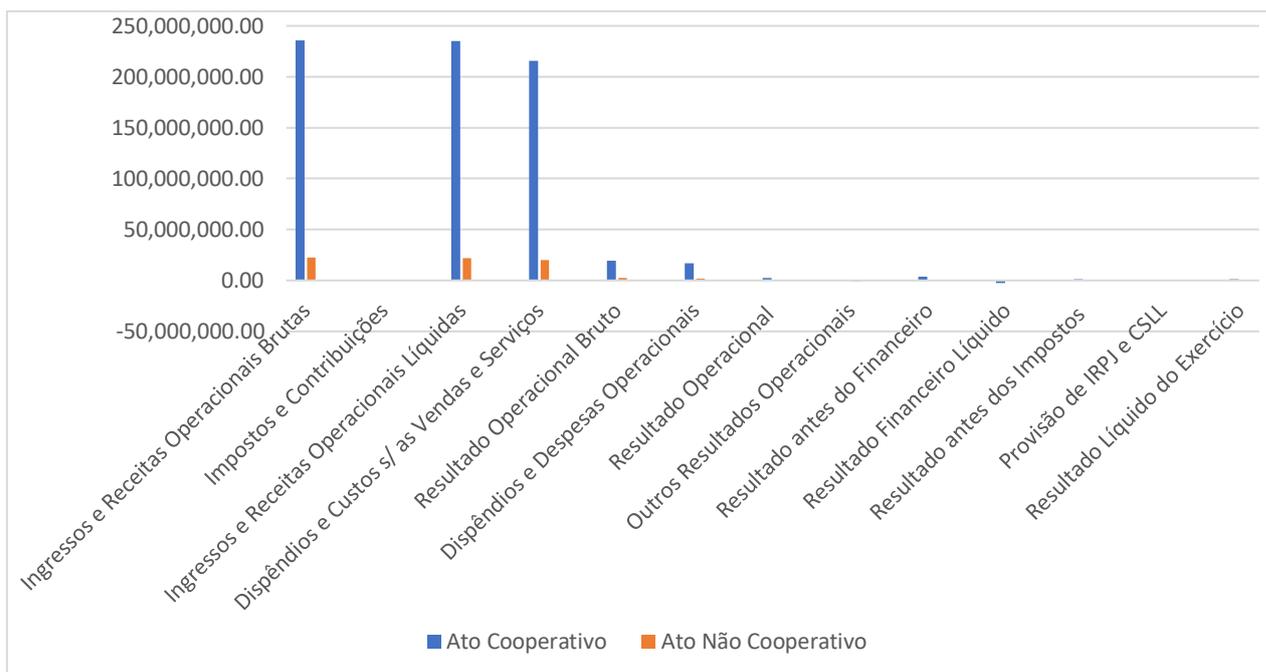


Figura 04 – Balanço Patrimonial - Passivo

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Partindo dos dados fornecidos pela cooperativa analisada, em relação a Demonstração de Sobras ou Perdas dos atos cooperativos e não cooperativos, nota-se que a maior representatividade entre o ato cooperativo e o ato não cooperativo foi os Ingressos e Receitas Operacionais Brutas, com uma margem de 959% em relação aos dois. Porém o ato cooperativo se destaca, sendo que é o grande precursor por apresentar bons resultados para a Cooperativa e que demonstra que a empresa está adquirindo um bom desempenho, permitindo movimentação financeira e societária da empresa em relação aos Ingressos. O resultado líquido do exercício para o ato cooperativo foi de R\$ 1.151.051,13 e para o ato não cooperativo R\$ 379.836,27 se comparados ao encerramento das atividades do ano de 2020. Nos últimos anos a Cooperativa apresentou melhores resultados, adquirindo um aumento considerável em seu faturamento.

5 Considerações Finais

Foi realizado o trabalho com o intuito de apresentar os resultados contábeis em uma cooperativa do agronegócio, destacando os atos cooperativos que normalmente demonstram maior representatividade, além de ser o precursor dos bons resultados e permitir um bom desempenho da cooperativa.

As cooperativas, em especial as agroindustriais, operam visando a redução dos custos gerados pela produção e com a intenção de obter melhores formas de prazo e preços dos seus produtos aos seus cooperados.

Portanto, busca dar oportunidade a seus associados a obterem melhores condições de prazos de pagamentos, também do retorno das sobras de resultado no final do exercício, além de apresentar de forma correta suas demonstrações contábeis, seguindo a Lei e as normas contábeis e buscando adquirir lucratividade.

Através da análise realizada, com o intuito de comparar a cooperativa entre suas modalidades em que atua perante os períodos analisados, foi possível identificar que o ato não cooperativo, embora tenha sua importância para atrair novos possíveis cooperados, ainda tem uma representatividade muito insignificante se comparado com os atos cooperativos, que é o maior

responsável por adquirir melhores resultados, adquirindo um aumento contínuo em seu faturamento e permitindo a cooperativa se tornar mais competitiva no mercado. Ficou evidente que as negociações com atos não cooperativos favorece o fluxo de caixa, visto que os prazos de recebimento são menores. Por outro lado, na aquisição de serviços e produtos, os atos cooperativos nas obrigações são confrontadas com os créditos, gerando desta forma o abatimento das dívidas sem um desembolso, acompanhando o prazo de recebimento.

Portanto, é deixado como sugestão que a Cooperativa fortaleça suas negociações visando adquirir insumos e serviços de seus cooperados para reduzir seu desembolso e que amplie suas negociações de venda com não cooperados, buscando alavancar seu fluxo de caixa.

Referências

ALVES, Luiz Lucas; SILVA, Adriana Cristina; BUENO, Miriam Pinheiro. **COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO: BENEFÍCIOS E DESAFIOS**. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/fafibeonline/article/view/960>. Acesso em: 16 ago. 2021.

AMARAL, Bruna Strücker do. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA**. 2021. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/6987>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GRANDO, Gerônimo; KIELING, Rejane Inês; SENNA, Elbio; CUNHA, Margaret Garcia da. **A contabilidade e seus efeitos nas cooperativas de trabalho**. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/35158>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GRANDO, Gerônimo; KIELING, Rejane Inês; SENNA, Elbio; CUNHA, Margaret Garcia da. **A contabilização dos atos cooperativos e não cooperativos e seus efeitos nas cooperativas de trabalho**. 2019. Disponível em: A contabilização dos atos cooperativos e não cooperativos e seus efeitos nas cooperativas de trabalho. Acesso em: 16 ago. 2021.

GUBERT, Flavia; ZANOTTO, Mayara Pires; BORELLI, Verena Alice; VIDOR, Gabriel. **AGRONEGÓCIO: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA BASE SPELL**. 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/IIsimposioinovacaoagronegocio/simposioinovaacaoagronegocioucs>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SANTOS, Sara Raquel de Barros. **Diagnóstico do cooperativismo agropecuário no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13878?show=full>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SILVA, Jandeson Dantas da; COSTA, Wênnyka Prestes Leite Batista da; REBOUÇAS, Lailson da Silva; ROCHA, Erika Maia da. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA AUXILIAR PARA A TOMADA DE DECISÃO DOS STAKEHOLDERS: ESTUDO EM EMPRESAS DO AGRIBUSINESS**. 2017. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/2202>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SCHNEIDER, José Odelso. **Cooperativismo e direitos humanos**. 2018. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/pe.2017.132.05. Acesso em: 16 ago. 2021.

BAZZI, Samir. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2016.

BAZZI, Samir. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2019.

OCB. **O que é Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

OCB. **História do Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/ocb>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Os 7 princípios do cooperativismo**. Disponível em: <<https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. **LEI No 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SAVOIA, J. R. F. **Agronegócio no Brasil: Uma Perspectiva Financeira**, São Paulo: Saint Louis, 2009. Acesso em: 16 ago. 2021.